

# LEANDRO KARNAL — TODOS CONTRA TODOS



leYa

— TODOS CONTRA  
TODOS

# LEANDRO KARNAL - TODOS CONTRA TODOS



leYa

Copyright © 2017 by Leandro Karnal  
© 2017 Casa da Palavra/LeYa

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

**Preparação de originais**

Maria Clara Antonio Jeronimo

**Revisão**

Bárbara Anaissi

**Projeto gráfico**

Leandro Dittz

**Diagramação**

Leandro Collares | Selênia Serviços

**Capa**

Angelo Allevato Bottino

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

K28t

Karnal, Leandro, 1963-

Todos contra todos : o ódio nosso de cada dia / Leandro Karnal. – Rio de Janeiro : LeYa, 2017.

ISBN: 978-85-441-0532-0

1. Discriminação. 2. Preconceitos e antipatias – Aspectos sociais. I. Título.

17-41763

CDD: 303.385

CDU: 316.647.82

---

Todos os direitos reservados à  
EDITORIA CASA DA PALAVRA  
Avenida Calógeras, 6 | sala 701  
20030-070 – Rio de Janeiro – RJ  
www.leya.com.br

# SUMÁRIO

Prólogo.....	7
O paraíso pacifista .....	17
Somos todos racistas? .....	31
A violência nossa de todos os dias .....	45
Tudo começou em nós mesmos .....	61
O amor contra o dragão da maldade e da inveja.....	75
A globalização não aumentou o ódio .....	93
A internet facilita a vida de quem odeia.....	107
A violência da política .....	117
Duas soluções: coerção e consenso .....	135
Agradecimentos.....	143

## PRÓLOGO

Faz muito tempo que penso sobre o ódio, especialmente o que existe no Brasil. No dia 1º de novembro de 2014, publiquei no *Estadão*, ainda antes de me tornar cronista regular naquele jornal, uma análise do país que emergia das eleições. Uso as ideias daquela reflexão como prólogo desta nova, a que agora intitulei *Todos contra todos*.

O Brasil não tem terremotos ou furacões. Carecemos de tsunamis. O fundamentalismo religioso, aqui, é mais lembrado pela estética da saia e cabelos compridos que por genocídios. Mesmo não sendo um paraíso, todo brasileiro sabe que não vivemos no inferno. A Terra de Santa Cruz é um cálido purgatório. No máximo.

Esse quadro tem sido pintado, com cores mais fortes ou mais fracas, desde nossa cena de fundação, em 1500. Sérgio Buarque de Holanda usou a celebrada expressão “homem cordial” para descrever nossas raízes, em 1936. Ainda que tenha defendido que o cordial deriva de impulsivo pelo coração, não o dócil, o texto do pai do Chico foi lido sob o prisma do pacifismo. Na

mesma década, Gilberto Freyre tinha pintado um latifúndio no qual a escravidão emergia com uma toada malemolente. Os dois clássicos foram absorvidos por um público pátrio que amou encontrar, mesmo onde não havia, uma base narrativa para nossa representação pacifista.

Contraponto necessário a nossa ilusão: nossos vizinhos são agressivos. Guerras civis devastaram Argentina e Colômbia. A escravidão custou mais de seiscentos mil mortos para ser abolida nos EUA. Aqui? Uma penada de ouro de uma princesa gentil num belo domingo de maio de 1888.

A expressão guerra civil não aparecia nunca nos livros didáticos do Brasil. Cabanagem, Balaiada, Farroupilha? Eram revoltas regenciais, termo didático, não sangrento e asséptico. A violência? Uma mera exceção. Euclides da Cunha destacou que a repressão a Canudos era algo único: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo.” Lá nos sertões ainda sobreviviam uma possibilidade de violência sem concordata, mas era excepcional. Caso ímpar num país de “acordões” e de gabinetes de conciliação, atavismo do século XVII que insistia em não morrer.

Nosso racismo? Completamente aguado em comparação ao apartheid sul-africano ou estadunidense, dizia-se. Aqui jamais houve negros separados de brancos em ônibus. Antagonismos homicidas entre islâmicos e judeus no Oriente Médio? Abaixo do Equador os dois filhos de Abraão dividiam calçadas de lojas e se cumprimentavam varrendo a frente de seus estabelecimentos. O campo de prisioneiros de guerra alemães no Brasil, em Pouso Alegre (MG), em 1943/1944, era quase uma colônia de férias se comparado aos similares europeus. Que país bucólico e pacífico! Que terra bafejada pela harmonia!

Esse quadro sem desastres naturais de monta nem ódios ancestrais e genocidas foi passado a várias gerações. Em plena ditadura, na escola, cantávamos “as praias do Brasil ensolaradas” onde Deus plantara mais amor e onde “mulatas brotam cheias de calor”. Nesse Éden tropical e erótico, nada se falava sobre repressão a dissidentes. E, combinação maravilhosa: o céu nos sorria e a terra jamais tremia.

Os momentos de polarização política, como 1935 (Intentona Comunista) ou 1964 (golpe militar), foram retratados na versão oficial e conservadora como infiltração de doutrinas estrangeiras de ódio. Era o marxismo pantanoso em meio a um povo cristão e pacífico. Foram os primeiros momentos nos quais a elite pátria pensou em “nós”, ou seja, os pacifistas que queriam construir um país de progresso e prosperidade, contra “eles”, os grevistas, sindicalistas, agitadores e outros que insistiam em inocular no corpo nacional o vírus do dissenso. “Nós” correspondia aos patriotas, aos que só desejavam a paz. “Eles” correspondia à cizânia e aos cronicamente insatisfeitos. Sempre fomos bons em pensamentos maniqueístas, em dualismos morais perfeitos. Ninguém é católico por séculos e emerge ileso desse destino...

A grande política foi criada nessa duplicidade: os getulistas e os lacerdistas, Arena e MDB, PT e PSDB. Briga de torcidas sim, porque cada lado sempre retirou sua agenda da outra facção. Mais do que briga, dança coreografada. “Nós” somos éticos, “eles” são corruptos. “Nós” trabalhamos por um Brasil grande e disciplinado, empreendedor. “Eles” querem só as benesses do governo numa vida ociosa e vampiresca. “Nós” sustentamos o Brasil. “Eles” apenas se aproveitam. Qual o grande problema nacional? “Eles” não entendem que “nós” estejamos corretos.

A microfísica do poder e da sociabilidade repete esse padrão. No trânsito, o que atrapalha? Se eu for motociclista, óbvio, carros, ônibus



e pedestres não funcionam. Sou taxista: esses carros particulares estão a passeio e são descuidados. Ciclista estou? Falta cidadania aos outros. Infelizmente, todos erram e, desgraçadamente, apenas eu sei dirigir.

O primeiro problema da nossa intensa violência no trânsito (estamos entre os quatro países que mais matam pessoas) é que não participo, como sujeito histórico, da barbárie. A violência é do outro, nunca minha. Aliás, rodo como um Gandhi orientado pela Madre Teresa de Calcutá. Os outros? Gêngis Khan no banco de passageiros com Átila ao volante. O trânsito é uma metáfora trágica. Somos um país violento. Violentos ao dirigir, violentos nas ruas, violentos nos comentários e fofocas, violentos ao torcer por nosso time, violentos ao votar.

Na eleição presidencial de 2014, fomos invadidos, via internet, por textos duros, propagandas furibundas, imagens de escárnio e análises corrosivas. Todas tinham um ponto em comum: o outro era a fonte do deslize ético e do método ilícito de campanha. A campanha do outro partido era D-E-P-L-O-R-Á-V-E-L. “Nós” apenas nos defendíamos no interior do castelo puro da civilização, jogando contra-ataques em direção à horda nauseante.

Findo o pleito, uma ressaca nacional: o Brasil descobriu-se raivoso. Os brasileiros ficaram surpresos com a carga de ódio que fluiu pela rede. Estávamos ainda nas praias do Brasil ensolaradas? Na terra do leite e do mel sem terremotos? Este ainda seria o país do futuro? Dormimos num vale suíço e acordamos numa guerra em Serra Leoa. Sentimento que prosseguiu até o impeachment de Dilma Rousseff e avançou no seu sucessor Michel Temer, mais um vice-presidente que chegou à Presidência da República por deposição do chefe – no caso, uma chefe.

Esse ódio ainda perdura. Mas sempre esteve lá. Ódio, intolerância e preconceitos de toda espécie. De um ambulante morto

a pancadas após defender um transexual a uma chacina na qual o autor deixou uma carta criticando o feminismo. Não é fácil o cotidiano de mulheres, homossexuais, bissexuais, transexuais, nordestinos, pobres, negros, judeus – parece hoje difícil separar o que é o politicamente incorreto ou simplesmente gesto preconceituoso da sociedade.

O ódio sempre existiu e flui por todos os lados. Não é fácil existir e acumular fracassos, dores, solidão, questões sexuais, desafetos e uma sensação de que a vida é injusta conosco. O mais fácil é a transposição para terceiros. Um homem fracassa no seu projeto amoroso. O que é mais fácil? Culpar o feminismo ou a si? A resposta é fácil. Tenho certeza absoluta de que o autor do crime não era um leitor de Simone de Beauvoir ou Betty Friedan. Era um leitor de jargões, de frases feitas, de pensamento plástico e curto que se adaptava a sua dor.

Esses slogans são eficazes: “Toda feminista precisa de um macho”, “os gays estão dominando o mundo”, “sem-terra é tudo vagabundo”. Curtas, cheias de bile, carregadas de dor, as frases entram no raso córtex cerebral do que tem medo e serve como muleta eficaz. No cérebro rarefeito a explicação surge como uma luz e dirige o ódio para fora. Se não houvesse feminismo, o assassino continuaria sendo o fracassado patético que sempre foi, mas agora ele sabe que seu fracasso nasceu das feministas e ele não tem culpa. Isto é o mais poderoso opiáceo já criado: o ódio.

Ódio não é dado a ter infância. Nasce adulto em lugares úmidos onde o ressentimento germina. O ódio é parte central da identidade de indivíduos e grupos. Os regionalismos raivosos (calabreses contra lombardos, bascos contra castelhanos etc.) sempre foram, antes de raivosos, regionalismos. Em outras palavras: eu preciso constituir uma região antes de odiar outra.

Mas ódios são circulares com a identidade: eu preciso odiar também antes para constituir uma região. Uma contradição interessante.

Aqui começa a delícia do ódio. Ao vociferar contra outros, o ódio também me insere numa zona calma. Se berro que uma pessoa x é vagabunda porque nasceu na terra y, por oposição estou me elogiando, pois não nasci naquela terra nem sou vagabundo. Se ironizo com piadas ácidas uma orientação sexual, destaco no discurso oculto que a minha é superior. Todo ódio é um autoelogio. Todo ódio me traz para uma zona muito tranquila de conforto. Não tenho certeza se sou muito bom, mas sei que o outro partido é muito ruim, logo, ao menos, sou melhor do que eles. É um jogo moral denunciado por dois grandes judeus: Jesus e Freud.

Mas o ódio apresenta outra função interessante. Ela aplaina as diferenças do meu grupo. O ódio, como vários ditadores bem notaram, serve como ponto de união e de controle. O ódio é gêmeo do medo, e pessoas com medo cedem fácil sua liberdade de pensamento e ação.

Há que se lembrar: a brisa do amor fraterno é mais etérea do que o furor da tempestade de ódio. Insultar no trânsito é mais intenso do que dizer eu te amo na cama, ao menos considerando-se a abundância da primeira frase e a escassez da segunda.

O ódio é uma interrupção do pensamento e uma irracionalidade paralisadora. Como pensar é árduo, odiar é fácil. Se a religião é o ópio do povo para Marx, o ódio é o ópio da mente. Ele intoxica e impede todo e qualquer outro incômodo.

Por fim, o ódio tem um traço do nosso narciso infantil. O mundo deve concordar conosco. Quando não concorda, está errado. Somos catequistas porque somos infantis. A democracia é boa sempre que consagra meu candidato e minha visão do mundo.

A democracia é ruim, deformada ou manipulada quando diz o contrário. Todo instituto de pesquisa é comprado quando revela algo diferente do meu desejo. Não se trata de pensar a realidade, mas adaptá-la ao meu eu. As crianças contemporâneas (especialmente as que têm mais de cinquenta anos como eu) batem o pé, fazem beicinho, mandam mensagem no WhatsApp e argumentam. Mas, como toda criança, não ouvimos ninguém. Ou melhor, ouvimos, desde que o outro concorde comigo; então ele é sábio e equilibrado. Seleccionamos os fatos que desejamos não pelo nosso espírito crítico, mas por uma decisão prévia e apriorística que tomamos internamente.

Seria bom perceber que o ódio fala muito de mim e pouco do objeto que odeio. Mas o principal tema do ódio é meu medo da semelhança. Talvez por isso os ódios intestinos sejam mais virulentos do que os externos. Odeio não porque sinto a total diferença do objeto do meu desprezo, mas porque temo ser idêntico. Posso perdoar muita coisa, menos o espelho.

Mas o ódio é feio, um quasímodo moral. A ira continua sendo um pecado capital. Assim, ele deve vir disfarçado da defesa da ética, do amor ao Brasil, da análise econômica moderna. Esses são os apolos que banham de luz a fealdade. E, como queria o rebelde (que odiava o Estado), sempre teremos 999 professores de virtude para cada pessoa virtuosa. Em oposição, convém acrescentar: sempre teremos 999 pessoas odiando para cada pessoa que pensa.

\* \* \*

Fruto de uma conversa gravada com meus editores da LeYa, este livro explora todos esses pontos que você leu até aqui. Nas

próximas páginas, procuro dissecar e desconstruir o mito do pacifismo brasileiro e a ideia de que no Brasil não há ódio, preconceito e intolerância. Tentarei mostrar que, mesmo não estando no paraíso e mesmo não vivendo no inferno, nossa terra abriga terreno fértil para a violência, a agressividade, a demonstração raivosa e cega de intolerância, o ódio desmedido.

Vivemos as dores e a delícia do ódio e procuro incorporar essa convicção às reflexões e analisá-la – no fundo, é uma análise sobre cada um de nós individualmente e também como sociedade. Nesta conversa, reflito por que ele se mantém ao mesmo tempo em que temos horror ao ódio, afinal, apesar de resistirmos à ideia do ódio e da violência, cenas pacíficas dão menos audiência nas redes sociais e na mídia do que os episódios em contrário. Pergunto por que, para nós, o inferno são os outros. Questiono quais os pequenos ódios do cotidiano, expressos no dia a dia, nos relacionamentos sociais, nas redes sociais, na vizinhança.

Pergunto – e busco responder – também: o que há de preconceito, como ele se expressa no cotidiano contra mulheres, homossexuais, bissexuais e transexuais? Contra nordestinos, pobres, negros? O que é o politicamente incorreto ou simplesmente gesto preconceituoso da sociedade?

Seria uma aspiração ambiciosa demais imaginar que o leitor e a leitora, ao fim do livro – ou desta conversa –, consigam enxergar melhor o ódio ao seu redor e livrar mais seu coração dos pequenos e grandes ódios do seu cotidiano. Mas não custa tentar. No mínimo, chegará ao fim da leitura reconhecendo no ódio uma forma de comunicação e contato com o outro, que revela muito de nossa incapacidade de viver com a diversidade, conviver com o outro e achar um fundamento de identidade na violência e na explosão.

A violência é o eixo definidor de nossas ações. Thomas Hobbes, filósofo inglês, havia pensado que a guerra de todos contra todos era parte constitutiva das sociedades. Concebeu essa ideia em Paris, onde tutorava o futuro Carlos II, ambos fugindo da violenta guerra civil que assolava a Inglaterra. Um mundo hostil gerou seu raciocínio sobre nossa cólera. Para evitar a destruição total, argumentava, surgia o Estado, a entidade que conteria todos por monopolizar a violência. O *Leviatã*, título de sua obra mais conhecida, publicada apenas dois anos depois de seu retorno da França, era o maior monstro de todos os oceanos. A anomalia aquática era uma metáfora bíblica: no topo do poder das criaturas existiria esse ser, que, com seu tamanho e potência, estabeleceria a paz possível. A guerra de todos contra todos seria detida pelo Estado forte, o Leviatã.

Um rio de ódio flui, perene, sob águas superficialmente calmas. Um gesto ou uma frase fazem toda a máscara da paz desabar. Pulsão de morte freudiana? Caráter primitivo da nossa espécie? Mal oriundo da queda do primeiro homem? Tentação demoníaca? Força do rito catártico da tribo? Cada um dá uma causa distinta ao mesmo efeito.

Na conversa exposta nas páginas a seguir, apresento as causas e as consequências que conheço.

Boa leitura!

## O PARAÍSO PACIFISTA

O quadro pintado é idílico. Somos uma terra sem terremotos e furacões. Sem guerras civis nem fundamentalismos extremados que levam a genocídios. Somos pacíficos. Não violentos. Não somos agressivos. Não odiamos. Não somos preconceituosos. Não somos racistas. Esse quadro não resiste ao teste da história. É uma de nossas ilusões, criada e sustentada ao longo de séculos.

Para começo de conversa, tivemos durante a nossa história dezenas de guerras civis, a diferença é que nunca usamos essa expressão para defini-las. Lembremo-nos de algumas delas. Abrilada, movimento de Pernambuco em 1824. Cabanagem, ou Guerra dos Cabanos, no Pará de 1835-1840. Sabinada, movimento na Bahia entre 1837 e 1838. Balaiada, revolta ocorrida entre 1838 e 1841 no Maranhão. Revoltas liberais de 1842, os movimentos sediciosos organizados pelo Partido Liberal em várias partes do Brasil. Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, em 1835. Esta, a maior de todas, durou uma década, rachou o país em três Estados (o Império, a República Rio-grandense e a República

Juliana) e vitimou mais de 3 mil pessoas. No século XX, aconteceu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932.

Cada um deles prosseguiu à sua maneira, mas foram todos movimentos de uma província, de um estado, contra o centro, ou contra medidas centralizadoras. Em vários deles, como no Rio Grande do Sul, chegaram a ter proclamação da República e projeto de separação do estado em relação ao restante do país. Em outros casos, com mortos, guerra e até genocídio, como o que ocorreu no Maranhão durante a Balaiada, ou entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX, durante o Contestado. Choques violentos, mortes, medo, perturbação.

Em qualquer outro país do mundo, chamaríamos isso de guerra civil. Aqui, não. Aqui evitamos usar tal expressão. Guerras civis existiram na Argentina, no México ou nos Estados Unidos. Guerra civil virou uma instituição na Colômbia, tão forte que os colombianos chegaram a usar “Guerra de los Mil Días”, entre o fim do século XIX e início do século XX, para separar uma guerra civil de outra.

Enquanto nós, brasileiros, fugimos do uso da expressão, os norte-americanos fundaram sua nacionalidade por meio da guerra: primeiro uma guerra contra o Império Britânico, depois uma guerra entre o norte e o sul do país, depois contra o México e contra indígenas, contra alemães, contra comunistas e contra fundamentalistas religiosos. Mas nós rejeitamos a ideia, o conceito e o nome. Rejeitamos e suavizamos o conflito, afirmando: “os gaúchos queriam mesmo era a defesa de sua dignidade”; “o que os paulistas desejavam era uma Constituição”; “os cabanos lutavam por igualdade social”. Ninguém lutou por ódio.

Ou seja, no Brasil jamais houve ódio. Nem sequer na guerra.

Quando Sérgio Buarque de Holanda instituiu a expressão “homem cordial” em 1936, no livro *Raízes do Brasil*, várias pessoas



o criticaram. Foi o caso do poeta e ensaísta Cassiano Ricardo, que produziu a interpretação clássica que viria a seguir: a cordialidade seria sinônimo de bondade e, portanto, o autor de *Raízes do Brasil* estaria enfatizando um dado positivo de nossa formação. Essa interpretação conduzia a algo completamente diferente do que Sérgio Buarque quis dizer. Para ele, a cordialidade tinha o papel de ressaltar a rígida separação, na sociedade brasileira, entre o público e o privado. E sua consequência era negativa.

Sérgio Buarque encontrou a expressão no escritor e amigo Ribeiro Couto e a apresentou como “um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente do ninho familiar”, pois “as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”. Armado dessa máscara, afirmou ele, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social. A cordialidade se estendia das relações familiares até o público, cuja lógica deveria ser a da impessoalidade, do interesse público.

Quando Sérgio Buarque diz “cordial”, significa que funcionamos de acordo com o coração – *cordis*, no latim. E como afirmou numa carta a Cassiano Ricardo, se acreditou, mal ou bem, que o coração é a sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos. O brasileiro agiria de maneira passional, e não pacificamente. Sorrir para estranhos, ajudar estranhos, matar estranhos...

Esse é o modo passional que Sérgio Buarque definiu como o homem cordial, um homem avesso a regras racionais, a sistemas unificadores, a sistemas impessoais. No fundo – no que concordo plenamente – o que ele está dizendo é que, quando matamos, somos cordiais. Quando torturamos, somos cordiais. Para Sérgio Buarque, a característica do brasileiro é colocar a passionalidade subjetiva e a motivação individual na frente da motivação política.

Não somos  
agressivos.

Não odiamos.

Não somos  
preconceituosos.

Não somos racistas.

Esse quadro não  
resiste ao teste  
da história.

É essa cordialidade descrita por Sérgio Buarque – a boa ou o horror – que tentamos transformar numa coisa positiva. Por isso acredito que, para entender o Brasil, nós precisaríamos de mais de Freud do que de Marx. Mais subjetivo e psicanalítico do que generalizado.

Ao contrário do que se interpretou e se interpreta normalmente, exibimos um histórico de violência – das guerras civis que mencionei, com morte em praça pública, à decapitação de Zumbi dos Palmares, ou ao massacre ocorrido em Canudos. Zumbi teve uma morte particularmente odiosa, que se mostra reveladora de nossa natureza violenta e cruel. Como aprendemos em sala de aula e nos livros de história, Zumbi foi o último e grande líder do Quilombo dos Palmares, respeitado herói da resistência antiescravagista.

Palmares foi o nome dado pelos portugueses, em razão do grande número de palmeiras encontradas na região da Serra da Barriga, ao sul da capitania de Pernambuco, hoje estado de Alagoas. Era um abrigo não só de negros, mas também de brancos pobres, índios e mestiços. A um bandeirante paulista chamado Domingos Jorge Velho foi dada a tarefa de destruir Palmares. Aniquilar o quilombo era uma questão de honra para o domínio português e da elite açucareira e traficantes de escravos.

Zumbi foi localizado em novembro de 1695, com o corpo perfurado por balas e punhaladas, e levado a Porto Calvo. Teve a cabeça decepada e remetida ao Recife, onde foi coberta por sal fino e espetada em um poste até ser consumida pelo tempo. O fato de Zumbi ter sido castrado e ter seu pênis costurado dentro da boca nos leva à reflexão de como o ódio floresceu e se aprofundou contra quem instituiu uma rebelião contra o sistema.

Mas há outros exemplos. A revolta federalista do Rio Grande do Sul durante os anos iniciais da República foi acompanhada

de tanta decapitação que seu codinome na história é “revolta da degola”. Em *O tempo e o vento*, o escritor Érico Veríssimo narra episódios referentes às guerras deflagradas no solo gaúcho e fala da cidade tomada pelas tropas inimigas. Segundo o livro, quando capturam um parente do chefe das tropas locais, decidem fazer uma punição: introduzir um funil no seu ânus e derramar um azeite fervente. Veríssimo retirou essa técnica de uma documentação histórica que usou para escrever o livro. Técnicas que revelam uma sociedade particularmente violenta. Curiosamente, nossa história real não parece combinar com nossa representação ideal.

O livro *Brasil nunca mais*, cuja introdução foi assinada pelo falecido cardeal d. Paulo Evaristo Arns, descreve as torturas no período militar instaurado em 1964. No livro se faz uma pergunta pertinente: por que gente do Cone Sul, de outras ditaduras instauradas na região, vinha ao Brasil aprender mais sobre técnicas de tortura? Por que naquela época chegou a haver aula de tortura no Rio de Janeiro? A resposta que se pode dar tem a ver com a nossa tradição escravista. Uma tradição mantida no modo de agir da polícia, no nosso modelo policial, no qual a polícia científica anda lado a lado com a polícia do “pau de arara”.

Essa tradição faz com que a nossa violência seja tolerada, desde que aplicada a grupos sociais específicos. É manchete de jornal a violência que atinge grupos de elite, mas nunca aquela que atinge grupos sociais específicos, como negros, pobres, homossexuais e transexuais. Nossa violência é estrutural. Não é diferente da violência humana, mas é aumentada pela injustiça social, pelas relações raciais e pela própria violência política. Às vezes podemos perguntar por que é tão intensa. E às vezes seria lícito supor o motivo pelo qual ela não é mais intensa, dado o grau da violência social.

É manchete  
de jornal  
a violência que  
atinge grupos de  
elite, mas nunca  
aquela que atinge  
grupos sociais  
específicos, como  
negros, pobres,  
homossexuais  
e transexuais.

Falei da tradição escravista. *Raízes do Brasil* pode ser visto como substituto de um livro de três anos antes – *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, que atribui os males do país à mistura étnica. Ou substitui, antecipadamente, *Formação do Brasil contemporâneo*, um livro de 1942, de Caio Prado Júnior, que atribuía às elites as mazelas do país.

Era uma época em que o Brasil tentava fazer o que a Europa havia feito no século XIX: dar uma explicação nacional à sua identidade e às suas raízes. Sílvio Romero, Manoel Bonfim e Joaquim Nabuco já haviam tentado. O Brasil sempre tentou explicar-se nacionalmente por meio de generalizações, como também são as generalizações para falar do francês, do alemão ou do norte-americano.

*Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil* dialogam sobre uma realidade pernambucana, em Gilberto Freyre, e nordestina (e também do Sudeste, especialmente São Paulo), em Sérgio Buarque. Caio Prado introduziria a questão da dominação econômica, sendo sucedido por toda uma tradição anti-Gilberto Freyre, que insistirá na violência da escravidão.

Freyre olha a escravidão com a sua genialidade – ele foi um dos grandes autores do Brasil – sua habilidade que mistura sociologia com jornalismo. Mais tarde será tachado, injustamente, de pró-escravista, mas na verdade ele oferece a interpretação de uma escravidão sob o ponto de vista do diálogo, dos pontos de coexistência, que também são verdadeiros. Em outras palavras, ele se refere aos pontos em que a Casa-Grande e a Senzala estabeleceram uma negociação.

O pensamento de esquerda criticará Gilberto Freyre nos anos seguintes, em particular a partir de Caio Prado, mas tendo como maior símbolo o historiador Jacob Gorender. Ao escrever sobre o

escravismo brasileiro, ele enfatizou somente o atrito e o enfrentamento. Foi outro ponto de vista. Mas sempre numa situação de enfrentamento nós vemos consenso e coerção, cooptação e diálogo.

Para dar um exemplo fora do Brasil: a guerra contra os índios araucanos, os índios da Patagônia chilena e argentina, foi a mais prolongada da história da América. Começou no século XVI e foi parcialmente encerrada no século XIX, com Argentina e Chile já independentes. Os araucanos foram o grupo indígena que mais resistiu à dominação espanhola, depois crioula, da América. Vários araucanos depois melhoraram de vida, porque o contato com os brancos possibilitou-lhes acesso a cavalos, o que antes não existia na América. Além disso, a captura por sequestro de mulheres brancas incrementou a demografia do grupo indígena. Esses seriam os pontos em que eles dialogam e obtêm benefícios de uma dominação. O ponto negativo são as aldeias queimadas, os líderes assassinados, a ocupação das terras.

Toda violência inclui um processo de diálogo, que é mais ou menos o que acontece numa situação de guerra como na França, na qual uma parte dos franceses colabora e se beneficia dos nazistas. A França de Vichy foi justamente o governo francês sob influência nazista, com a aceitação e o benefício de parte da sociedade francesa. Somente uma parte – bem pequena – dos franceses vai para a resistência e outra parte simplesmente ignora. O nazismo, um dos modelos de violência ocidental no século XX, funciona do mesmo modo que a escravidão: uma parte se aproveita bastante de um sistema, uma maioria é conivente com ele e uma minoria constitui o grupo de resistência.

Mas a resistência na culinária, a resistência na música, a resistência que não estabelece vencedores e vencidos e sim um mundo que tem outra dinâmica, essa resistência é menos valorizada do que

a armada, porque nosso modelo preferencial é o herói armado, o herói que enfrenta. Zumbi se encaixa perfeitamente nisso, assim como Ganga Zumba. A culinária inclui produtos da África, inclui palavras e inclui a própria religião como resistência – elementos que certamente nos seduzem muito menos.

E falando em modelos, nossa interpretação tradicional costuma sugerir explicações focadas na herança portuguesa. Essa explicação dá ênfase de tal modo a essa infância colonial portuguesa como origem dos nossos equívocos que somos obrigados aqui, até a segunda vinda de Jesus, a sermos ibéricos católicos, não importa que o catolicismo já nem seja a religião dominante em lugares como o Rio de Janeiro – aliás, o primeiro estado brasileiro a ter mais protestantes do que católicos. Não importa que haja áreas onde não existe sequer o predomínio da imigração ibérica. Não importa nada disso, você será sempre um português.

Essa herança aparece muitas vezes, por exemplo, na obra clássica de Raymundo Faoro, *Os donos do poder*, na qual o Estado brasileiro será patrimonial até o fim dos tempos porque foi fundado pelo rei Afonso Henriques, ou pelo Estado português. Segundo ele, o patrimonialismo é uma forma de dominação política na qual não existe a esfera pública e a esfera privada.

Faoro recorre ao conceito do sociólogo Max Weber sobre Estado patrimonial – quando um príncipe organiza seu poder político exatamente como exerce seu poder patriarcal – para explicar o atraso do Brasil. Um atraso explicado pela dominação do estamento burocrático, iniciado com a consolidação da monarquia portuguesa pela dinastia de Avis (1385-1580), que comandou a expansão comercial de Portugal (África, Índia, Brasil). Segundo Faoro, o Estado português controlava ou explorava diretamente o comércio, que por sua vez alimentava o caixa da Coroa.



O nazismo funciona do mesmo modo que a escravidão: uma parte se aproveita de um sistema, uma maioria é conivente e uma minoria constitui o grupo de resistência.

Isso é curioso, porque significaria observar a história com o peso do determinismo. A Austrália foi fundada em Botany Bay por imigrantes forçados, prisioneiros, estupradores, falsários e ladrões. Assim começou a história do país. Botany Bay, pela experiência sistemática de colonização, era literalmente uma colônia penal. E hoje a Austrália é um país de Primeiro Mundo, desenvolvido, com altíssimo Índice de Desenvolvimento Humano, e os australianos são pessoas que vivem e trabalham em torno do orgulho de sua origem.

Enquanto isso, nós construímos uma outra fantasia. O Brasil foi essa fantasia chamada “colônia de exploração”. Uma terra condenada a receber a escória de Portugal, um país obrigado a acolher degredados enviados para cá pelo Estado português. Essa explicação é absurda. Afinal, veio absolutamente de tudo para o Brasil: da escória à elite intelectual, professores das melhores universidades portuguesas, um padre Nóbrega. A América, e não só o Brasil, é de fato uma Arca de Noé. Para cá veio absolutamente de tudo.

Os norte-americanos fazem sua memória fundacional no *Mayflower*, o famoso navio saído da Inglaterra com cerca de cem passageiros, todos de alto nível social e intelectual, peregrinos que se tornariam os pais da pátria. Eles ignoram que a fundação, quase 13 anos antes, baseou-se numa companhia crucial, a Companhia da Virgínia, que entre outras coisas levava moças de vida ruim na Inglaterra para serem leiloadas. Ignoram que menos da metade dos passageiros era puritana. Ignoram que o *Mayflower* fora bancado por uma companhia de comércio (a Cia. dos Comerciantes Aventureiros, de Londres) e que tinha, como principal missão, o comércio de peles ou quaisquer outras riquezas que se pudessem extrair da terra.

Ou seja, os norte-americanos ignoram os assassinos, as prostitutas e os falsários que fazem parte da sua história, e nós ignoramos os professores e intelectuais que fazem parte da nossa. Por que essa diferença? Acredito que tenha a ver com o que Nelson Rodrigues batizou de “síndrome de vira-lata”. Mas há algo maior do que isso. Algo que nos faz diminuir o nosso passado e ignorar explicações que o dignificam. Nós pioramos a nossa colonização, enquanto os norte-americanos melhoram muito a colonização deles.

Toda memória histórica tende a ser seletiva e construir-se a partir de valores épicos posteriores. Isso não distingue o Brasil de outros países. Os heróis nacionais melhoram com o tempo e a violência militar fica mais dotada de valores elevados. O que nos distingue é uma vontade quase sistemática de apagar a violência do nosso passado. O curioso é que no momento de aceitar aquilo que se revela um fato histórico – a nossa violência – decidimos disfarçar. Uma duplicidade de pensamento.